

Minorias não atraem público

O índio, a mulher, o negro, a criança e o presidiário. Como os direitos destas categorias, chamadas de "minorias", poderão ser defendidos na Constituinte? Para lançar este tipo de reflexão, o curso Constituição e Constituinte — um convênio entre o CNPq e a Universidade de Brasília — promoveu ontem um painel de discussões sobre a questão dos direitos humanos e cidadania na Constituinte. No entanto, embora os assuntos sejam bastante polêmicos, não chegaram a chamar a atenção do público em geral.

Apenas cerca de 60 pessoas compareceram ao auditório do CNPq, onde foram realizadas as discussões, e em nenhum momento o debate chegou realmente a ficar "quente". Quem mais chamou a atenção dos presentes foram o candidato a deputado pelo PDT, Marcos Terena, que falou sobre o direito do índio à vida, e a historiadora Philomena Gebran, ao apresentar a socialização das relações de produção como única solução para pôr fim à dominação e exploração da mulher.

DISCRIMINAÇÃO

Marcos Terena explicou que a principal preocupação dos índios que, como ele, vêm para os centros urbanos para defender os direitos de seus colegas, é mostrar para a sociedade "civilizada" que o índio quer viver e, para isso, precisa da colaboração de cada um de nós no sentido de acabar com a discriminação imposta desde os primeiros anos de escola. Falou também da importância de se conscientizar o índio de que é possível viver dignamente no país que era dele. "Nós quere-

mos viver como somos. A única coisa que precisamos é da demarcação de nossas terras para vivermos como povos diferenciados entre si que somos. Será que para o Brasil chegar ao progresso é necessário passar pelo genocídio, pela exterminação total das comunidades indígenas?", perguntou.

Já a antropóloga Philomena Gebran, ao falar da necessidade de que a mulher participe ativamente do processo político e social do País, associou a dominação e exploração por que passa a categoria hoje à divisão de classes, o que aconteceu principalmente após a instituição do capitalismo. Por isso, acredita que a Constituinte deve lutar contra a ideologia burguesa-capitalista que, através de um paternalismo exagerado, mistificou a mulher para melhor explorá-la.

Também a representante do Conselho Nacional de Defesa da Mulher, Iares Cortês, seguiu a mesma linha de raciocínio e alertou para o fato de que, na Constituinte, a mulher deve lutar para mostrar que as diferenças existentes entre elas e os homens não são sinônimos de desigualdade.

Em relação à forma como é tratada a criança em nossa sociedade, estas desigualdades, na opinião do professor do Departamento de Serviço Social da UnB, Vicente Faleiros, são ainda maiores pelo fato desta categoria ser mais desorganizada, não tendo quem as represente. Ele não acha que uma Constituição deve prever tutelas especiais para crianças, idosos e deficientes pois, se apenas respeitarem-nos como cida-

dãos, os problemas já estariam em grande parte resolvidos. Citou o fato de que as crianças, nas últimas Constituições, passaram de ser apreciadas com uma visão tutelar para serem vistas como capital no qual deve-se investir para mais tarde ser aproveitado.

Já Nelson Inocêncio, membro do Movimento Negro Unificado, utilizou o espaço destinado à sua categoria para falar sobre as lutas que estão sendo desenvolvidas pelo negro em todo o País. Citou, por exemplo, a defesa do menor abandonado, da mulher negra, das comunidades rurais e a violência, principalmente a policial. Segundo ele, a maior preocupação da categoria é a reavaliação da contribuição histórica do negro no País e não a tentativa de institucionalização de um racismo às avessas, como se houve falar muito.

No final do debate, a terapeuta Miriam Silvia de Souza, uma das reféns da rebelião na Papuda, falou sobre o seu trabalho de dois anos naquela penitenciária. Para ela, tem que haver uma profunda mudança no sistema carcerário brasileiro na nova Constituição, onde o preso deve ser encarado como pessoa que é. Miriam de Souza disse que, longe de considerar os criminosos como santos, acredita que há possibilidade de recuperação, pelo menos em muitos deles. "Não tenho condições de dizer qual o presídio ideal, mas sei que eles têm que ter direito à recuperação, em primeiro lugar, através do trabalho. Se todos vão se recuperar eu não sei, mas que alguns são capazes, disto eu tenho certeza".